



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

## INTERPELAÇÃO ESCRITA

### **Esperar que o Governo melhore a legislação laboral e eleve a qualidade do emprego e as garantias laborais dos residentes**

A promoção do desenvolvimento económico e a garantia e melhoria da qualidade de vida da população têm sido, desde sempre, prioridades da acção governativa do Governo da RAEM, que têm permitido à população usufruir dos frutos do desenvolvimento económico. Para além de garantir o pleno emprego dos residentes, é ainda necessário seguir o rumo da elevação da qualidade do emprego e reforçar, em termos de regime, a protecção dos direitos e interesses dos trabalhadores.

Em Macau, os padrões laborais são insuficientes e não são actualizados há vários anos, há trabalhadores que não conseguem reaver os salários em dívida, e também trabalhadores que sofrem acidentes de trabalho e que enfrentam problemas com a indemnização. Em alguns casos destaca-se a necessidade de revisão e aperfeiçoamento do regime jurídico laboral de Macau, incluindo a Lei das relações de trabalho, o regime relativo ao combate ao trabalho ilegal, a reivindicação de salários em dívida e a garantia de créditos.

A Lei das relações de trabalho entrou em vigor há quase 15 anos, em 2020, foram introduzidas sete alterações prioritárias, nomeadamente, a licença de



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

paternidade e a compensação da sobreposição do descanso semanal com os feriados obrigatórios, no entanto, muitos aspectos, como as férias anuais legais e os feriados obrigatórios, não são alterados há mais de 30 anos. Além disso, a lei laboral estipula que a licença de maternidade remunerada é de 70 dias, e o planeamento intitulado “Objectivos do Desenvolvimento das Mulheres de Macau” propõe o estudo sobre a uniformização da licença de maternidade no sector público e no sector privado, por isso, a sociedade espera que, com base na implementação do subsídio por parte do Governo, seja possível aumentar ainda mais a licença de maternidade.

Quanto ao aumento dos feriados legais, o Governo afirmou, em resposta a uma interpelação, que ia, através do Conselho Permanente de Concertação Social, ouvir as opiniões e sugestões das partes laboral e patronal, e proceder à organização e análise das opiniões recolhidas e aos respectivos trabalhos de revisão e estudo. Além disso, o Chefe do Executivo refere, no seu programa político, que com base nas opiniões recolhidas junto dos diversos sectores da sociedade, vai aumentar, em tempo oportuno, o número de dias da licença de maternidade e das férias anuais. Muitos trabalhadores esperam que o Governo concretize o plano de trabalho e defina uma calendarização, com vista a elevar a qualidade do emprego dos locais e a salvaguardar os direitos e interesses dos trabalhadores.

Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Muitos trabalhadores esperam que Macau aumente gradualmente a



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

qualidade do emprego e a protecção laboral dos residentes. Com a entrada em 2025, como é que o Governo vai liderar e promover, no Conselho Permanente de Concertação Social (CPCS), o estudo sobre o regime jurídico do trabalho, incluindo a revisão da situação actual e as opiniões da sociedade?

O Governo vai incluir este projecto no plano de trabalho do CPCS para o novo ano? Vai definir um plano de curto e médio prazo para o estudo da lei laboral, com vista à optimização gradual dos padrões laborais e dos direitos e interesses dos trabalhadores de Macau?

2. Muitas regiões vizinhas têm melhorado, de forma ordenada, o direito ao descanso e férias dos trabalhadores, por exemplo, aumentaram o número de dias de férias em geral, o número de dias de feriados obrigatórios, e ainda o número de dias de férias com base na antiguidade. No seu programa eleitoral, o Chefe do Executivo refere que vai auscultar amplamente as opiniões dos diversos sectores sociais, e aumentar, em tempo oportuno, a licença de maternidade e as férias anuais remuneradas legalmente previstas. Como é que o Governo vai promover e consultar os diversos sectores da sociedade para se chegar a um consenso? Qual é o plano e a calendarização dos respectivos trabalhos?
3. No ano passado, o Governo lançou uma nova ronda do “Plano do subsídio complementar atribuído aos empregadores pela remuneração paga na licença de maternidade”, demonstrando a protecção que é dada aos direitos e interesses das trabalhadoras e o apoio que é dado às pequenas e médias empresas. de Macau”. No sentido de promover um estudo sobre a licença de maternidade de 90 dias, igual à praticada na função pública, para todas as



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

trabalhadoras em Macau, e tendo em conta os "Objectivos do Desenvolvimento das Mulheres e o respectivo subsídio atribuído pelo Governo, de que planos é que as autoridades dispõem para o corrente ano e qual é a respectiva calendarização?

10 de Janeiro de 2025

**A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,**

**Lei Cheng I**